



O Metalúrgico

Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região
www.sindimetal.org.br



Assembleia Geral 12/02 (quinta-feira) 18 horas - no Sindicato

Rua Camilo Flammarion, 55 - J. Industrial

Retificação
Estatutária

Lançamento
da Campanha
PLR 2015

6ª Plenária
da FEM

9º Congresso
da CNM/CUT

No dia 12 de fevereiro, às 18h, será realizada assembleia no Sindicato para lançamento oficial da Campanha de PLR 2015. É muito importante a presença da companheira, pois nela vamos definir toda a estratégia e encaminhamentos que serão adotados pelos metalúrgicos.

Este ano o Sindicato vai intensificar ainda mais a mobilização nas fábricas, pois uma das nossas principais metas

é mais uma vez superar o número de acordos e valores conquistados nos últimos anos.

Companheiros o ano de 2015 será muito difícil, pois o cenário econômico instável que vive o país está refletindo no setor metalúrgico. Além disso, muitos patrões oportunistas, que embora estejam com a produção a todo vapor nas suas fábricas, vão aproveitar essa situação como desculpa para não negociar ou jogar o valor da PLR para

baixo.

Exatamente por essa situação é que os trabalhadores devem se unir ao Sindicato e mobilizar para lutar por uma PLR digna e igual para todos!

Portanto companheiro venha ao Sindicato, junte-se a nós e participe!

Na assembleia também será votada a proposta de Retificação Estatutária e retirada dos delegados para 6ª Plenária da FEM e 9º Congresso da CNM/CUT.



Medidas do governo atacam direito dos trabalhadores

No dia 30 de dezembro de 2014, o Governo Federal anunciou duas Medidas Provisórias (MPs) que estipulam uma série de alterações nos direitos dos trabalhadores.

As mudanças mexem no Seguro-desemprego, Abono salarial e Auxílio-doença. As novas regras para a utilização dos benefícios restringem seu alcance, excluindo milhões de

pessoas ao acesso desses direitos. O anúncio gerou indignação na classe trabalhadora brasileira e as Centrais Sindicais reagiram imediatamente organizando manifestações para reivindicar sua revogação.

O descontentamento pela ação do governo acontece porque, além de não ter dialogado sua implementação com as Centrais, a medida é

contrária ao compromisso assumido durante a campanha eleitoral, que era o de não tocar em direitos trabalhistas.

O Sindicato é totalmente contra essa medida e convoca todos os metalúrgicos de BH, Contagem e região a se organizarem para lutar. Veja abaixo as principais alterações das MPs.

Seguro-desemprego

Legislação anterior

1º acesso: seis meses ininterruptos de trabalho.

Demais acessos: mínimo de seis meses trabalhados nos últimos 36 meses

Carência: 16 meses entre um pedido e outro.

Medida Provisória

1º acesso: 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa.

2º acesso: 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses anteriores à dispensa.

Demais acessos: seis meses ininterruptos de trabalho antes da dispensa.

Carência: 16 meses entre um pedido e outro.

Abono salarial

Legislação anterior

O benefício é pago aos trabalhadores que mantiveram vínculo formal por um mês no ano anterior ao do pagamento. O valor do benefício é de um salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhados.

Medida Provisória

O benefício passa a ser pago aos trabalhadores que mantiveram vínculo formal por no mínimo 180 dias ininterruptos no ano anterior ao do pagamento. O valor do benefício passa a ser proporcional aos meses trabalhados, variando de meio salário mínimo, para aqueles que trabalharam no mínimo seis meses, a um salário mínimo para aqueles que trabalharam 12 meses.

Auxílio-Doença

Principais alterações da Medida Provisória

- O auxílio passa a ser pago após 30 dias de afastamento e não mais depois de 15 dias de licença médica e a empresa passa a pagar os primeiros 30 dias e o INSS paga a partir do 31º dia.

- O valor pago passa a ter o teto equivalente à média das últimas 12 contribuições.

- A perícia médica poderá ser realizada por meio de convênios do INSS com empresas privadas ou com outros órgãos e entidades públicas. Obs.: Esta medida entrou em vigor em 31/12/2014 e é extremamente preocupante pois significa privatizar a perícia.

Sindicato é contra as Medidas

As medidas vão na contra-mão dos direitos dos trabalhadores. O Governo Federal está descumprindo promessas feitas durante a campanha eleitoral. Não podemos aceitar que de uma hora para outra mexam nos nossos direitos sem sequer discutir com os representantes das centrais. Nós, os metalúrgicos da CUT, vamos trabalhar em conjunto com as demais centrais sindicais para reverter essas medidas.



Geraldo Valgas,
presidente do Sindicato



Cláusula 3ª Abono salarial

As empresas que não possuem programa de Participação nos Lucros ou Resultados concederão abono salarial aos seus trabalhadores.

Em 2014 ficou acordado o pagamento total do abono no valor de R\$550,00 em duas parcelas:

1ª Parcela

R\$275,00 no salário de novembro/2014

2ª parcela

R\$275,00 no salário de fevereiro/ 2015

Trabalhadores vão às ruas por manutenção de direitos e empregos

Marcha da Classe Trabalhadora está programada para 26 de fevereiro

A CUT e as demais centrais sindicais realizaram, no dia 28 de janeiro, o Dia Nacional de Luta contra a perda de direitos e em defesa do emprego.

Em um ato marcado por mobilizações de trabalhadores em todo o Brasil, as entidades condenaram as Medidas Provisórias 664 e 665, anunciadas no final do ano passado pelo governo federal, que alteram regras para benefícios sociais como pensão, auxílio-



doença e seguro-desemprego. Também foi questionado os rumos da política econômica adotados pelo Ministério da Fazenda, que, segundo os sindicalistas, levarão o país à recessão.

As centrais garantiram que sairão as ruas e realizarão na-

cionalmente a Marcha da Classe Trabalhadora, no próximo dia 26 de fevereiro, quando entregarão uma pauta de reivindicações ao Executivo Federal, aos governos estaduais e ao empresariado.

Fonte: CUT e CNM

Bloqueio das portarias

A juíza da sexta vara do trabalho de Belo Horizonte concedeu uma liminar determinando que o Sindicato se abstenha, de forma direta ou indireta, do bloqueio das portarias ou vias de acesso à VALLOUREC TUBOS

DO BRASIL S.A, sob pena de multa de R\$ 25.000,00 por ocorrência.

O Sindicato e seu departamento jurídico estão providenciando as medidas judiciais cabíveis para invalidar ou caçar esta liminar.

Com relação aos interesses dos trabalhadores, manifestos através da pauta construída, nós o conquistaremos com organização e participação dos companheiros da fábrica. Juntos podemos! Esta é a hora!

Trabalhadores apontam o caminho

Não é nenhuma novidade a forma que a empresa trata os trabalhadores e sua organização. No final do ano passado, quando os funcionários da VALLOUREC desautorizaram a assinatura do acordo de PLR e votaram o estado de greve para pressionar a mudança na forma de pagamento, a resposta da empresa veio de forma imediata.

A Vallourec proibiu os dirigentes sindicais de entrar no pátio de chegada dos trabalhadores. Foram mais de duas semanas com o Sindicato, nas várias portarias, ten-

tando fazer seu papel de organizar e orientar os companheiros (as).

Tivemos que recorrer a uma mediação no Ministério do Trabalho onde negociamos a entrada restrita de três representantes do Sindicato para convocar e realizar a assembléia do dia 18 de dezembro.

A assembleia contou com a participação dos trabalhadores, que entenderam a situação e, numa demonstração de unidade e sabedoria, apontaram o diálogo como caminho prioritário para a saída do impasse e busca de solução. Eles

aprovaram o aumento da mobilização e o aprofundamento de nossa organização, confirmação da negociação no dia 05 de fevereiro e a suspensão do estado de greve.

No mês de janeiro aumentamos nossos contatos, onde construímos uma pauta de reivindicações que foi aprovada no dia três de fevereiro em assembléias com os trabalhadores. Esta pauta deveria ser apresentada na reunião agendada desde dezembro, mas foi desmarcada e remarcada para o dia 11 de fevereiro.ério do Trabalho.



Assembleia na Vallourec com o 2º turno

Negociação no Ministério do Trabalho dia 11 de fevereiro

Nesta quarta feira (11/02), às 15 horas, acontecerá a negociação tão aguardada pelos trabalhadores (as) da VALLOUREC, que colocaram para a direção do Sindicato e aos representantes da empresa um grande desafio: sair da interminável queda de braço e, de

forma madura e objetiva, encontrar soluções acordáveis para uma infinidade de problemas sinalizados na pauta com 25 reivindicações.

O sucesso desta empreitada esta nas mãos de cada trabalhador (a). Se você participar e se unir em um só propósito e em uma só

voz, a vitória nos espera. Neste momento a dispersão e o isolamento não são a favor dos trabalhadores e só nos enfraquecem. Após a reunião, o Sindicato irá informar a companheirada sobre o resultado da negociação com a empresa no Ministério do Trabalho.

Trabalhadores da Orteng não vão pagar pela crise da empresa

Nos últimos seis meses, os trabalhadores da Orteng vem sofrendo com os constantes atrasos de pagamento, demissões, falta do pagamento do 13º e das férias, entre outros problemas.

Ao longo desse período o Sindicato esteve presente com os trabalhadores fazendo mobilizações, assembleias e várias reuniões no Ministério do Trabalho (MT) na tentativa de reverter essa situação. A empresa vem alegando estar passando por uma crise, porém quem está sendo penalizado é o trabalhador, que está com suas contas atrasadas e pagando multas por isso.

Na última reunião no MT, o Sindicato exigiu que a Orteng pagasse a multa de 10% por atraso de pagamento. A empresa não acei-

tou e se comprometeu em pagar a multa da Convenção Coletiva.

Para os trabalhadores que saíram de férias e o pagamento não foi feito dentro do prazo estipulado, a Orteng se com-

prometeu em pagá-las em dobro imediatamente, conforme a súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST). (Veja matéria publicada abaixo).

Diante de toda essa situação, os trabalhadores estão se

mobilizando e exigindo seus direitos. Companheiros, vamos continuar juntos com o Sindicato para enfrentar esse problema e defender nossos direitos. Não aceitaremos mais demissões e atrasos dos pagamentos!



Assembleia dia 13 de janeiro



Assembleia dia 27 de janeiro



Assembleia dia 30 de janeiro

Pagamento de férias fora do prazo terá de ser feito em dobro

TST transformou em súmula várias decisões trabalhistas tomadas nas últimas décadas

BRASÍLIA - O Tribunal Superior do Trabalho (TST) transformou em súmula uma série de decisões trabalhistas tomadas nas últimas décadas. Isso significa que os demais tribunais deverão seguir esses entendimentos em relação à legislação, o que aumenta a garantia de direitos para os trabalhadores.

A resolução divulgada ontem converte em súmula 11 orientações já publicadas pelo TST. De acordo com o tribunal, não há nenhuma alteração importante em relação aos entendimentos existentes.

Em relação ao período de férias, por exemplo, o TST esclarece que é devido o paga-

mento em dobro, caso a remuneração não seja depositada até dois dias antes do início do período de folga.

Também fica definido que não tem validade qualquer cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que aumente o limite de cinco minutos antes ou no final da jornada de trabalho, limitado a dez minutos diários.

Hoje em Dia
2014



Recesso de Carnaval no Sindicato

O Sindicato estará em recesso durante o carnaval retornando suas atividades na quinta-feira (19/02). Já o clube dos metalúrgico funcionará na terça de carnaval (16/02) e voltará a funcionar normalmente na quinta-feira (19/02).



PLR 2015 na Nílos do Brasil

Na última sexta, dia 06/02, em assembleia na empresa, os trabalhadores aprovaram a PLR 2015.

1º Encontro de Mulheres Metalúrgicas da FEM-CUT-MG



Nos dias 07 e 08 de fevereiro aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Metalúrgicas da Federação dos Metalúrgicos da CUT Minas Gerais. Com grande participação de trabalhadoras metalúrgicas de várias fábricas representadas pelo nosso Sindicato e várias regiões do estado, temas como Conjuntura, Assédio Moral, Raça e Etnia, Relação de Gênero e Organização das Mulheres foram debatidos.

O encontro contou com importantes debatedoras como a presidente da CUT/MG, Beatriz Cerqueira, a professora

na UFMG, Dra Elizabeth Dias e Deputada Estadual e ex-prefeita de Contagem, Marília Campos, entre várias outras participações.

Esse encontro acontece em um momento importante para a categoria metalúrgica. Com a chegada ao país dos reflexos da crise internacional, que desde 2008 dizimou a economia internacional provocando generalizada quebra de empresas, desestabilizando países e comprometendo economias em todo mundo, estamos agora vivendo uma instabilidade econô-

mica com desemprego.

O evento também foi marcado pelo olhar atento das trabalhadoras para os problemas existentes em várias empresas e que a muito não eram debatidos e combatidos, como por exemplo a ausência de uma política de carreira para as(os) metalúrgicas(os), a necessidade de um contrato de trabalho da categoria que combata todos os ataques patronais discriminatórios e precarizantes e o estabelecimento de regras claras para padronizar direitos e garantir novas conquistas.

CUT e movimentos sociais pedem reforma política com Constituinte



Entidades diversas da sociedade civil realizaram, nesta última quarta-feira (4), na Câmara dos Deputados, ato público para pressionar pela realização de um plebiscito com vistas à reforma política. O objetivo da mobilização, que contou com a presença de vários parlamentares, foi dar continuidade ao pleito pela reforma, mas reforçando a consulta popular e a defesa da convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva.

Fizeram parte da mobilização a CUT, Central de Movimentos Populares, Via Campesina, Confederação dos Trabalhadores a Agricultura (Contag), Confederação Nacional das Associações de Moradores, Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Movimento pelas Eleições Livres e Secretaria Operativa Nacional do Plebiscito

Popular, entre outras entidades.

Durante o evento, foram questionados aspectos nocivos das atuais regras políticas eleitorais, como o financiamento privado de campanhas. Foi lembrada a demora, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), em votar uma ação de inconstitucionalidade referente ao tema – por conta de um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, desde o ano passado. E, principalmente, criticada a votação da admissibilidade da proposta de reforma política elaborada por um grupo de deputados em 2013, na última terça-feira. A proposta, na opinião dos representantes dos movimentos sociais, não apresenta os principais itens que precisam ser modificados nas regras políticas e eleitorais do país.

Fonte: CNM/CUT

SINDICALIZE-SE



Ligue

3369.0519 3224.1669

ou acesse

www.sindimetal.org.br

